

# Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

---

CAGING, SELFCAGING, PIRÂMIDES E MEMES:  
MELHORANDO A GEOPOLÍTICA COM UMA EPISTEMOLOGIA ANÁRQUICA?

Fabrizio Eva

Boletim Gaúcho de Geografia, v. 43, n.2, Dezembro, 2016.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/71030>

---

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros

---



Portal de Periódicos  
**UFRGS**

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

---

Informações Adicionais

Email: [portoalegre@agb.org.br](mailto:portoalegre@agb.org.br)

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

---

Data de publicação – Dezembro, 2016.

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Seção Porto Alegre, RS, Brasil.

---

# Boletim Gaúcho de Geografia

## CAGING, SELFCAGING, PIRÂMIDES E MEMES: MELHORANDO A ANÁLISE GEOPOLÍTICA COM UMA EPISTEMOLOGIA ANÁRQUICA?<sup>1</sup>

Fabrizo Eva  
Universidade de Milão, fabrieva@unive.it

### RESUMO

Os seres humanos, singular ou coletivamente, são ao mesmo tempo vítimas e protagonistas do processo contínuo de caging (encarceramento; mais relacionado ao iconográfico e ao poder) e de selfcaging (autoencarceramento; mais subjetivo e individual, relacionado com iconografias e movimento). A independência e dificuldade de controlar as ações de memes tem a função de circulação, e favorece a composição e decomposição de grupos humanos em sociedade, talvez constituindo o combustível primário para os mecanismos de “imaginação” que (trans)formam ilhas e derivas culturais. Essa dinâmica em desenvolvimento mostra-se e se cristaliza no espaço físico, que é o que os geógrafos mais atenciosamente observam. Isto é particularmente verdadeiro para geografia política, que também analisa as mesmas dinâmias desde a perspectiva das pirâmides sócio-econômicas, que é o Estado ou qualquer outra estrutura de poder que foi formalmente declarada e/ou socialmente reconhecida – e talvez com alguma aspiração de contribuição subjetiva para o processo de resolução/manutenção de conflitos humanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Meme. Ilha cultural. Deriva cultural. Iconografia. Circulação. (Auto) Encarceramento. Tripartição do espaço. Pirâmide socioeconômica.

<sup>1</sup> Tradução de Estela Rubia Brugalli Corbellini. Revisão de Cláudia Mendonça Scheeren, Adriana Dorfman e Theo Soares de Lima.

## 1. A FORÇA DA IMAGINAÇÃO E DA IMITAÇÃO: ILHAS E DERIVAS CULTURAIS

A imaginação dos seres humanos é intensa e muitas vezes nos tornamos seus reféns. Jim Giles, em um artigo publicado na *New Scientist* (traduzido pela revista *Internazionale* de 23/29 de julho de 2010, p. 51-52), cita o economista David Hirshleifer, que, em 1993, escreveu “quanto mais escutamos ou lemos uma notícia, mais a consideramos verdadeira”, “a força das imagens repetidas é tamanha que nos induz a considerar as mensagens que nos são impostas como a história em si, a realidade pura e simples” (Augé, 2009, p.39). O mecanismo mental pelo qual acreditamos que aquilo que pensamos ou repetimos continuamente é verdadeiro pode ser analisado e compreendido a partir do conceito de *meme*, “egoísta” como o gene, criado por Richard Dawkins (1995). O *meme* (*ideia*) é a “unidade de transmissão cultural ou unidade de imitação” (ibid, p. 254), “o meme (*ideia*) é uma entidade que é capaz de ser transmitida de um cérebro ao outro” (ibid, p. 258) “a imitação, em sentido amplo, é o modo pelo qual os memes podem se replicar” (ibid, p. 256). Na prática, um meme (*ideia*) é qualquer coisa que entra em nossa mente (e na memória), em geral, sem percebermos, e que progressivamente se acumula para formar o conjunto de nossas opiniões, convicções, valores, identidades, percepções, etc. Nossos estudos e as coisas que aprendemos (por vontade própria ou inconscientemente) também se comportam como memes, e, por isso, tendem não só a se consolidar em nossa mente como também a se reproduzir em outras mentes graças à transmissão (consciente ou não) que fazemos nós mesmos com palavras e ações. Um vídeo do YouTube, como o clipe do coreano Gangnam Style, visto e clicado mais de 2 milhões de vezes (em 31 de maio de 2014), ou um “hoax” (farsa, falso), que se torna “viral” na Internet, são exemplos contemporâneos de memes de sucesso. Podemos considerar resultado de um conjunto de memes a torcida esportiva e seus comportamentos associados, descritos como “paixão”, e assim interpretados. A disseminação de certas convicções (arbitragens hostis, times “inimigos”, julgamentos sobre jogadores, comportamentos “justos” dos torcedores, autoestima, etc.) entre torcedores é o resultado típico desses jogos de imitação e transmissão, sendo idêntico em todas as dinâmicas de grupo, incluindo o âmbito ideológico, e ficando evidente na área política, nos aspectos de nacionalismo e identidade. Quem compartilha os mesmos memes tende a constituir aquilo que se pode definir, retomando a abordagem de Luigi Luca Cavalli Sforza (2010), uma ilha cultural que busca se preservar das mudanças reforçando a repetição (com palavras, símbolos e comportamentos) de memes que são definidos como

“tradições” e/ou “valores”. A finalidade inconscientemente compartilhada e profundamente humana é aquela de proteção através da solidariedade do grupo, sendo que o “papel primordial da cultura é assegurar a existência do grupo como grupo, e, assim, substituir organizações ao acaso” (Lèvi Strauss, 1978, p.75). O antropólogo Stefano Boni fala de uma “homogeneidade [que] se obtém mediante mecanismos comunicativos rápidos e cotidianos (a fofoca e o elogio, a careta e o sorriso, a exclusão e a acolhida, a multa e o prêmio) que desencorajam o desvio e incentivam o conformismo” (Boni, 2011, p.51). No entanto, sendo essencialmente uma dinâmica incontrolável, mesmo que influenciável, o meme desencadeia também uma deriva cultural que, ao longo do tempo, pode mudar o significado e o sentido das palavras, porque à primeira vista parece que os memes não são replicadores de alta fidelidade”, dado que são transmitidos de forma alterada” (Dawkins, 1995, p.257). O processo de deriva cultural geralmente é tão lento que os sujeitos envolvidos dificilmente o percebem, e isso, às vezes, faz com que haja a convicção paradoxal de que “sempre foi assim”, no que se refere a dinâmicas, ideias, comportamentos, que, na realidade, são resultado de uma mudança mais ou menos recente. E essa convicção está fortemente presente nas novas gerações, que, sem experiência direta sobre como eram as coisas no passado, tendem a pensar que a sua experiência diária é “estável” e basicamente a mesma em todos os lugares. Por exemplo, há milênios o termo rede indica um instrumento usado para aprisionar e geralmente matar quem ou o que ficou preso a ela. Hoje, “rede” (e “net”), referindo-se ao sistema de conexões computadorizadas, é utilizado muitas vezes no sentido de “liberdade”, “movimento”, “interconexões”, de tal modo que o significado original não é mais tão claro ou se perdeu completamente para as gerações mais novas. Pelo menos nas sociedades “ricas”, onde o espaço (estradas, casas, cabos, imagens, computadores, etc.) é cada vez mais artificial e virtual. E nos casos em que as fronteiras, móveis e invisíveis, que os seres humanos criam e/ou desenvolvem no dia a dia são ainda mais “escondidas” no mecanismo de uma verdadeira diversão, uma distração de massa, seja como resultado de um tipo de desenvolvimento da comunicação seja por uma vontade política de utilizá-la como instrumento para a criação de consenso ou para exercitar o poder. As *ilhas culturais* são, portanto, constituídas de um conjunto de memes repetidos e confirmados pelas atitudes de vida e de relações, em espaços físicos concretos. No entanto, a chegada de novas gerações sem memória do passado e com tendência à criação de novos memes provoca uma mudança no tempo, uma *deriva cultural* que se desenvolve sempre no mesmo espaço físico. É um processo que tende a ser lento, exceto quando ocorrem intervenções de agentes “revolucionários” internos e/ou

externos (ex. movimentos políticos, guerras, desastres naturais, etc.). Para derivas culturais quase totais em condições normais, geneticistas como Luca e Francesco Cavalli Sforza quantificaram genericamente o lapso de tempo necessário em mil anos, comparativamente às derivas genéticas (Cavalli Sforza, 1993). Os quase oitocentos anos passados desde o início do uso escrito do italiano vulgar fazem com que a leitura de muitas passagens das obras do século XIII e XIV seja muito difícil, sendo quase impossível para pessoas com baixa instrução. As resistências às mudanças das ilhas culturais dependem do contexto espacial, dos eventos históricos, da troca/contato com outras ilhas, das características específicas dos memes das culturas individuais e de quanto esses memes são sistematicamente praticados no dia a dia das relações. A imitação entre símiles e a prática contínua são provavelmente os dois principais fatores de resiliência das ilhas culturais.

A deriva cultural resulta também da mudança para um outro espaço físico, sendo o fenômeno migratório seu principal exemplo. Um grupo de pessoas que muda para um espaço físico diferente daquele da própria ilha cultural leva consigo seus memes e tende a reproduzi-los no novo contexto. A língua falada é o principal veículo dessa tentativa de reproduzir/manter a própria ilha cultural. A reconstituição de áreas (sobretudo de pequenas cidades) e de comunidades sobre uma base linguística é a característica mais comum, repetida e intercultural do fenômeno migratório. Porque no querer viver em um grupo símile com o qual é possível falar e se fazer entender, nesse mecanismo de meme psicológico, os seres humanos são todos definitivamente iguais. “Seriam as barreiras linguísticas que reforçariam o isolamento genético e vice-versa.” (Farinelli, 2003, p.74, referindo-se a Cavalli Sforza, Menozzi e Piazza, 1994). Mas a barreira linguística não resiste por muito tempo em certos contextos. Esse tipo de deriva cultural deve se combinar com os fatores novos e diferentes relativos ao processo de mudança interno das ilhas culturais que permanecem no mesmo espaço físico. Em primeiro lugar, as condições físicas e ambientais do território de chegada (novas condições climáticas, por exemplo, provocam mudanças de alimentação, no modo de se vestir); em segundo lugar, o número de pessoas do mesmo grupo já presentes. Chegar em um espaço vazio ou quase vazio facilita a reconstituição da ilha cultural (veja como são ainda “britânicas” a Austrália e a Nova Zelândia), enquanto ser minoria em uma sociedade já constituída e organizada leva à “negociação”, à renúncia ou mudança dos próprios hábitos, mesmo que a tendência seja tentar manter a proximidade física com quem fala sua língua e compartilha a mesma tipologia de relações sociais. Veja os exemplos das Chinatown ou Little Italy no mundo todo. Também são significativos os casos de línguas e dialetos marginais que estão ameaçados de

extinção (ou estão quase extintos) nos locais de origem, mas que mantêm seu uso, mesmo que um pouco arcaico, em Nova York (mais de 800 casos registrados), pois seus falantes continuam a utilizá-los nas relações sociais internas do grupo (Scevola, 2010). Todavia, seus filhos e netos, as segundas e terceiras gerações, manifestam sinais claros do processo de deriva cultural. Estes adquirem uma dupla compreensão linguística e vivem em um espaço físico que, para eles, não é “novo”, mas seu próprio, e, assim ampliam o efeito de memes mais diferenciados em relação aos seus pais e avós, produzindo, ao mesmo tempo, memes originais. Esses memes têm efeitos também sobre a comunidade preexistente (sujeita esta também a um processo de deriva cultural), conforme a consistência numérica do grupo de imigração recente e de acordo com a tipologia do impacto dos memes culturais que carregam (os memes de ligação familiar estão entre os mais fortes e estáveis, mas a difusão do consumo de pizza nos EUA é um exemplo evidente de deriva cultural, de tal modo que mais da metade dos jovens pensa que foram eles a inventá-la). De qualquer forma, seja o planejamento territorial (como é feito), seja o estilo de vida, ambos confirmam e/ou criam memes. Na geografia política – geopolítica, pensada como prática de análise intelectual de dinâmicas territoriais e entre grupos humanos, não é dada a atenção necessária a tais práticas (ilhas e derivas culturais) ou é um tipo de atenção marginal e/ou setorial.

## 2. EPISTEMOLOGICAMENTE ANÁRQUICO PARA COMPREENDER O ESPAÇO

William Godwin, considerado (mais tarde) o pai teórico fundador do anarquismo, iniciava (1793) sua reflexão sobre as práticas e pressupostos “ideais” da educação com a frase “os dois instrumentos principais de poder humano são o governo e a educação” (citado em Pancera, 1992, p.5). Estava-se ainda antes da afirmação ideal e prática da necessidade de se fazer uma educação sistemática, generalizada e “pública” aos jovens para sustentar o comportamento cívico e o bem-estar dos cidadãos na era pós-iluminista, e Godwin destacava que “por educação [...] entendo o sentido mais amplo que pode ser associado à palavra, incluindo-se *cada incidente que faça surgir uma ideia à mente*” (ibid, p.54, itálico meu). Essa última referência é conceitualmente próxima, se não igual, à ideia de meme.

A ideia de ação da educação hoje é cada vez mais dependente da difusão dos memes (ideias) veiculados pelo sistema global de mídias de massa (e mídias sociais), mais do que pelos sistemas escolares. Um sistema de mídia mundial que

tende a se multiplicar cada vez mais como propriedade e raio de difusão, mas em cujos polos estão instrumentos a serviço de quem detém o poder (econômico e/ou político) local ou “global”, que tem interesse em difundir informações e *narrativas* (ou seja, descrições-histórias-representações) que não colocam em discussão a estrutura do poder em si, seja qual for a forma por ela adotada. Do lado das mídias sociais, existe um dinamismo maior e certamente uma presença superior, assim como a difusão do “pensamento divergente” e de informações não censuradas a respeito da parte dominante, mas as mídias sociais são também terreno fértil de hoax (farsas), afirmações e teses de todos os tipos e em todas as áreas que se espalham sem qualquer comprovação. Elas se tornam ponto de agregação voluntária (todas, mesmo que em diferentes proporções) para um certo número de “féis” que consegue disseminá-las seguindo o mesmo mecanismo dos memes. A força global do sistema midiático “tradicional” (sobretudo, TV e jornal), no entanto, permanece ainda muito forte, principalmente com o avançar da idade dos utilizadores.

E se esses mecanismos de diversão, a ação desse *meme* forte e egoísta, forem estendidos para o campo da geopolítica e de suas dinâmicas, a ponto de as narrativas (narrações) com as quais são contados (e as reflexões teóricas sobre eles), assim como os discursos (quadros conceitualmente ideais) que os sustentam, forem invenções da imaginação, tão repetidas e debatidas que passam a ser vistas como verdadeiras? E se houvesse uma transmissão e repetição dos memes entre líderes políticos, tomadores de decisão, especialistas e acadêmicos que “parece estar sujeita a mudar de modo não descontínuo e também a homogeneizar-se” (Dawkins, op.cit., p.257), criando, assim, uma “necessidade” a partir de uma mutação “casual”, exatamente como no caso dos genes (Monod, 1970)? Com o resultado que se fala de território, de espaço, de estruturas políticas especializadas, de fronteiras, de identidade étnica, quando, na realidade, são comportamentos “normais”, basilares dos seres humanos, como indivíduos e como grupos. Nossa sabedoria atávica de que o espaço físico nos é necessário, mas que ele “existe” independente da gente, nos levou a atribuir a ele parte de nosso pensamento e de nossa imaginação, porque nós mesmo somos, necessariamente, “físicos”. Humanizamos o espaço de tal forma, que o meme (ideia) de que existe uma relação causa e efeito entre o lugar onde nascemos e as nossas características culturais, e, até mesmo, intelectuais, se perpetua de geração em geração. Trata-se de um meme poderoso e amplamente repetido que se tornou uma ideia-transfer (no sentido psicológico). Ao invés disso, devemos partir do fundamento conceitual de que a terra, de seu, não tem nenhum *nomos* (no sentido de Carl Schmitt): são os grupos humanos individuais que os

inventam, para si mesmos, de formas diferentes no espaço e no tempo. Como geógrafos, devemos observar o espaço e os seres humanos, e prestar atenção de forma a não confundir as características de um com as do outro. São dois sujeitos diferentes com uma relação que é imprescindível e necessária somente para os seres humanos. O espaço físico pode existir sem nós, seres humanos, mas a capacidade mental humana não existe sem o aspecto físico do corpo humano e do ambiente natural que o circunda. Mesmo quando transformamos esse ambiente a nosso favor, os elementos físicos do espaço artificial que criamos têm “vida” própria (Weisman, 2008). De outra forma, não seriam jamais rompidos ou precisariam de cuidados.

“O espaço é fundamental em todas as formas de vida comunitária. O espaço é fundamental para todo o exercício de poder” (Foucault, 1982), “mas se o território é símbolo de poder” (Farinelli, 2009, p.15), para os geopolíticos, domínio e poder são objetos centrais de análise. “O controle do espaço é uma das apostas do poder (juntamente com o controle do tempo, do simbólico, da produção)” (Galli, 2001, p.11). Em geral, especialistas de Relações Internacionais ou de Ciências Políticas analisam o espaço, quando o realmente o fazem, com olhos diferentes dos geógrafos, mas há aqueles que têm uma leitura mais consciente quando dizem que “a modernidade tem uma relação difícil com o espaço”, sendo o espaço entendido “no sentido natural” (ibid., p.12). Mas o domínio muda frequentemente de forma e de instrumentos, por isso nossa análise deve utilizar instrumentos adequados para compreender a fundo suas dinâmicas. Instrumentos flexíveis, dinâmicos, até criativos. Trabalha-se com método, mas sem “um/o” método. Muito anárquico, muito caos? “A auto-organização se alimenta da desordem que sabe transformar em ordem” (Farinelli, 2003, p.180). É um dos componentes do “desafio anárquico”, que é “arriscar chaves de leitura e soluções inéditas para problemas organizacionais da sociedade (a ausência de domínio como estilo plural de vida) ... (Vaccaro, 2009). As características humanas, psicológicas e instintivas permanecem no tempo e, nesse sentido, devemos considerá-las “físicas”, ou seja, inerentes ao ser humano. Somos obrigados fisicamente a pensar e a imaginar como ter fome, dormir, etc. Deve-se tentar usar os instrumentos de análise que fazem referência ao conjunto dessas características humanas, buscando livremente entre solicitações intelectuais e combinando-as sem preconceito de “método”, mas com uma abordagem que Paul Feyerabend chamou de *anarquismo epistemológico* (Feyerabend, 2002, p.155). Feyerabend salientou sua desconfiança em relação ao anarquismo político, devido à aceitação da violência para a destruição das regras sociais impostas, e à crítica de ser muito confiante nas funções sempre progressistas da “ciência”, que ele mesmo denuncia como uma estrutura mental e social constituída na forma de poder. Mas,



no recente confronto teórico entre o pós-modernismo e pós-anarquismo, não há espaço para a divisão entre pensamento teórico e perspectiva política (que pode ser uma falha/ausência de pensamento pós-moderno), sendo, então, de comum acordo que o “Anarquismo é um sistema filosófico que incorpora teorias de poder, subjetividade, história, liberdade, ética e sociedade” (Newman S., 2001).

### 3. PIRÂMIDES ESPACIAIS E ENCARCERAMENTO

No campo socioantropológico e geográfico, a abordagem epistemologicamente anárquica parte da consideração de que quase todas as sociedades humanas são organizadas segundo uma **pirâmide socioeconômica** fundamentada sobre a desigualdade. Esta, no entanto, é uma consideração amplamente compartilhada: “a distribuição das riquezas [...] é, pura e simplesmente, resultado de poder. Riqueza gera poder, poder este que permite à classe dominante manter sua riqueza.” (Stiglitz, 2006, p. 157). No alto, o restrito número de quem decide e/ou controla o poder econômico, e, embaixo, o número cada vez maior de quem tem menos poder e renda. Elisée Reclus (1905) citava essa situação como uma das “leis” (no sentido de frequência) dos grupos humanos, ou seja, a tendência de nos organizarmos em grupos hierárquicos. Essa tendência se contrasta com a incontrolável sede de liberdade dos indivíduos, sendo que, para Reclus, as dinâmicas das relações humanas eram observáveis e explicáveis pela contínua oscilação entre essas duas forças contrastantes. Substancialmente, como no Tao, o preto e o branco, uma é necessária à outra, e elas continuam se confrontando dinamicamente sem possibilidade de que uma prevaleça sobre a outra, produzindo estabilidade e equilíbrio a cada instante, de forma contínua. E o espaço físico é o objeto, o campo de ação e manifestação dessas duas forças em equilíbrio dinâmico, e, portanto, constitui o objeto de estudo do geógrafo, porque ali se cristaliza a pirâmide hierárquica e se manifestam as relações humanas, onde os memes “ganham corpo” e forma espacial.

Hoje mais do que nunca, em um mundo que se supõe globalizado, devemos ler as dinâmicas geopolíticas e as estruturas socioeconômicas dos diversos grupos humanos, não ficando presos nos memes “estados”, “identidades”, “culturas”, “etnias”, “guerras”, etc., mas partindo de simples e claras *manifestações espaciais das relações de poder* que se desenham no espaço físico, que condicionam o seu uso, que o “constroem” e “representam”. Dinâmicas de poder espacial que se podem definir melhor em processos amplamente difundidos de caging e selfcaging. Cada grupo humano organiza a vida de relações (e de poder) no espaço físico e é responsável

por sua autonomia na elaboração dos próprios critérios “justos” de relações, na criação de sua própria ilha cultural. As formas políticas dessa autonomia e os princípios que as sustentam são objeto de confronto interno, discussão e também de conflito. As formas de estruturas de decisão são sempre resultado de uma elaboração teórica desenvolvida no tempo e que pode mudar (a exemplo da Europa, com a passagem da monarquia absoluta à constitucional, chegando à democracia parlamentar), também para relações/contatos com outras formas de elaboração autônoma. Para poder durar no tempo, as estruturas políticas e as “regras” da vida social devem se fundamentar em características instintivas, comportamentais e psicológicas presentes em todos os seres humanos, que, no entanto, possam “sustentar” formas variadas de regras e hábitos. Quando isso acontece, vemos que as estruturas político-sociais, mesmo que diferentes e contraditórias entre si, duram por períodos longos (até mesmo muito longos), mas em espaços diferentes. A ideia de império da China e o comunitarismo das vilas da África Subsaariana são exemplos mais claros. As pirâmides socioeconômicas atuais fundamentais da ação (geo)política nos espaços físicos são substancialmente duas: 1) existe a *pirâmide da iconografia* (no sentido de Jean Gottmann, 1952), aquela do sangue e/ou da honra ou da ideologia ou da teocracia, e depois 2) aquela da circulação (sempre no sentido de Gottmann), ou seja, econômica e de dinheiro, sendo a primeira mais rígida em termos de mobilidades interna, e, a segunda, mais dinâmica, mas ambas, necessariamente, constituídas em estruturas piramidais. Os dois modelos fundamentais de pirâmide podem se sobrepor/entrelaçar, dando luz, por deriva cultural, a diferentes estruturas de decisão ligadas a ilhas culturais em espaços identificáveis. Isso permite que a ação da política de poder seja exercida por meio da estratificação e separação dos espaços físicos e da diferenciação de seu uso como, por exemplo, o privilégio da qualidade e da exclusividade dos espaços de apartheid sul-africanos até 1994, mas não só (Yiftachel, 2012). Como hoje temos uma guerra assimétrica, temos (e isso existe desde o início da história dos grupos humanos, mesmo que em menor quantidade e de formas diferentes ao longo do tempo) um uso assimétrico do espaço físico com base no poder detido/exercido. A partir dessas duas estruturas piramidais fundamentais, no mundo (ou seja, no espaço físico) existem diversas e inúmeras combinações (sobreposições e/ou variantes) das duas pirâmides, justificadas por quem as controla com base em referências a valores ideais “naturais” e/ou “universais” ou culturais (a representação simbólica, iconográfica dos “valores” e das “tradições”) e que hoje ganharam em grande medida a forma do estado (de vários estados) como estrutura e modalidade operacional. As diversas tipologias de estado presentes no mundo têm a ver com as características da ilha

cultural onde se desenvolvem. Muda o modo de funcionamento e de operação do estado, mas não muda a estrutura socioeconômica que é sempre piramidal.

A diferença dos tempos de Reclus para hoje é que estamos conscientes de que “o poder” é exercido não apenas a partir do topo da pirâmide e do estado, mas que todos podem exercer um poder, não importa sua posição na pirâmide socioeconômica (Foucault, 2001). Muda só o “peso” e a extensão espacial do exercício do poder. Pode ser do pai perante seus filhos, ou do marido/namorado perante a mulher/namorada ou de um diretor perante seus subordinados, de um burocrata ou do policial que pede propina, mas também do mais forte, do mais esperto, do valentão perante seus pares, até chegar ao estado e suas instituições. Em um contexto de poder, cada indivíduo exerce suas funções segundo suas próprias possibilidades e inclinações, mas a diferença de eficácia e de potência está entre quem age da ponta da pirâmide e quem não permanece. O Ministro de Assuntos Internos é mais poderoso do que o policial que vemos na televisão batendo ou atirando para reprimir uma manifestação não autorizada. A fisicalidade dos atos nos permite entender os contextos de poder. Cada forma de poder, em qualquer nível, se transforma em um processo de enjaulamento, de *caging*, que é exercido (re)fechando (mas também excluindo) espaços físicos e também mentais, ou seja, limitando a possibilidade de pensar uma ação e, em casos mais extremos, até de imaginá-la. Ao diretor iraniano Jafar Panahi foi proibido até mesmo pensar em um filme: o processo de *caging* é sempre um processo de poder. Mas Panahi colocou uma minicâmera em seu carro e produziu um “filme” baseado em suas palavras e na vida das pessoas a quem deu carona (“Táxi”, Urso de Ouro no Festival de Berlim 2015).

#### 4. A RELEVÂNCIA DAS ICONOGRAFIAS NO AUTOENCARCERAMENTO

Mas, porque os muitos que têm bem pouco poder e/ou renda aceitam uma situação que faz deles majoritários em número e minoritários em possibilidades de ação e de decisão? Aceitando também situações em que são enganados ou excluídos? Porque a estrutura social, o *discourse* cultural, o espaço físico do local, aquele da experiência (Taylor, 1982), em que nascemos e crescemos tem um “sentido” assim como é, pelo simples motivo de ali estar e ali viver. “Aceitamos a realidade do mundo como ela se apresenta para nós” (dito pelo personagem Christof, diretor do Show de Truman, no filme Peter Weir, O Show de Truman,

2005). E manter esse sentido imutável nos dá segurança. Representa uma *ilha cultural* que dificilmente será colocada em discussão pela massa. Além disso, o “sentido” de “ilha cultural” é continuamente alimentado (e, às vezes, construído propositalmente para fins políticos) graças ao que Jean Gottmann (1952) definiu *Iconography*, um conjunto de memes de referência que se estrutura de maneira estável e que dá segurança e sentido de pertencimento, satisfazendo algumas das mais profundas necessidades psicológicas dos seres humanos. Todos esses memes “dão uma resposta superficial plausível a problemas profundos e inquietantes da existência” (Dawkins, 1995, p. 255), sendo que o mecanismo similar àquele da seleção natural “favorece os memes que desfrutam, em vantagem própria, do ambiente cultural (ibid, p.262), ou seja, as chamadas, “tradições”, as “identidades” ou, de forma mais simples, os lugares comuns e os hábitos cotidianos, sejam quais forem. É esse o processo diário e geral do autoenjaulamento, do *selfcaging*. Fazer escolhas declaradas e vividas como livres que levam a comportamentos imitados, homogêneos e amplamente compartilhados (usar o véu no mundo muçulmano ou mudar a cor e/ou penteado no mundo ocidental). Trata-se de um mecanismo comportamental tipicamente humano e, portanto, bastante difundido, sobretudo por ser inconsciente, mas nem sempre obrigatório e sem via de escape. Os seres humanos têm um impulso individual (que em certos contextos e condições pode se tornar generalizado e coletivo) para a mudança, a descoberta. A isso Gottmann deu o nome de *Circulation*, algo que parece muito similar conceitualmente ao impulso irreprimível dos indivíduos à liberdade sugerido por Reclus. Dawkins também lembra que um aspecto único do homem “é sua capacidade de previsão consciente”, por isso “temos o poder de nos rebelarmos contra nossos criadores” (ibid., p.264). “Voltar o olhar à nossa sociedade permite que nos tornemos conscientes sobre as dinâmicas de poder social que sofremos inconscientemente e ditam nossas ações (Boni, 2011, p.205).

Isso deveria valer também para os geopolíticos, para os jornalistas, para os acadêmicos, para os especialistas de Relações Internacionais e para os atores das dinâmicas geopolíticas (líderes de governo). Mas, então, surgem dúvidas de que não seja assim. Ou que não seja, se não ocasionalmente, porque como seres humanos estamos todos dentro da dinâmica do *caging-selfcaging* e das iconografias mentais consolidadas.

As *Iconographies* são representadas hoje não apenas por manifestações simbólicas e retóricas do estado e das autoridades em geral, mas também por fenômenos de massa que se manifestam em dimensões sempre mais globais: futebol, moda e modos, consumo, programas de TV, filmes, comportamentos que são

vistos e imitados, filmados e divulgados (veja o YouTube), culto de personalidades (pessoas famosas ou líderes), etc. Não existe diferença entre esses memes e os mecanismos mentais geopolíticos que produzem e difundem memes (ideias) como de nação, identidade, etnia, ligação emocional com a “minha terra”, (in) segurança, independência, autodeterminação, o outro é ruim, paz, terrorismo, Ocidente, Islã, etc. E como no caso citado da “rede”, o processo de *caging*, de enrijecimento através de iconografias se relaciona cada vez mais a uma *narrative* de liberdade de escolha individual e/ou de “valores” escolhidos sem construções e geralmente vistos como universais. Esse também é o paradoxo do *selfcaging*, ou seja, da nossa “escolha” de construirmos voluntariamente nossa jaula nos gestos cotidianos, de não tomarmos apenas a aceção negativa de privação. Banalmente, tendemos a repetir o mesmo percurso para fazer as compras, para pegar o jornal, repetimos os amigos com quem saímos, buscamos homogeneidade/proximidade cultural ou de classe social em nossa escolha da escola para os filhos, no escolher e decorar nossa casa. Temos um sentimento de liberdade porque “escolhemos” ou talvez porque participamos de um ou mais grupos no Facebook que são acessados voluntariamente por milhões de indivíduos, em um sistema administrado por poucos para fazer montes de dinheiro, informações pessoais que depois tentamos proteger com dificuldade por meio da aprovação de leis que garantem a privacidade sobre dados pessoais importantes. E por isso o melhor jornal ou canal da TV ou site é aquele que diz ou mostra algo sobre o que já estamos convencidos. É uma “tendência natural buscarmos elementos de comprovação que correspondam às nossas ideias pré-concebidas” (Giles, 2010). Se essa é a dinâmica difundida e dominante, então, talvez também nós, geopolíticos, tenhamos contribuído para o desenvolvimento de uma *deriva cultural* que nos levou à construção de uma ilha cultural em que, mostrando também uma sofisticada capacidade de análise, debatemos e aprofundamos com grande desperdício de inteligência e páginas impressas, conceitos, teorias, dinâmicas, etc. que são apenas a representação da realidade. Estamos de tal forma imersos na pirâmide socioeconômica e de poder (e suas iconografias) que não temos mais percepções, e, o que é mais grave, tomamos por certo o espaço físico, deixamos de observá-lo com a devida capacidade de análise, humanizamos a fisicalidade e esquecemos a fisicalidade humana.

Agora, talvez, a banalidade, a simplicidade da condição humana e de suas necessidades físicas, e, ao mesmo tempo, a consciência da complexidade da psicologia humana são mais úteis para compreendermos conflitos e dinâmicas. Por isso, em nossas reflexões precisamos privilegiar, considerar fatores “geopolíticos” decisivos mais importantes do que outros aqueles que se referem a motivações

comportamentais, exigências básicas, físicas e dos seres humanos: beber, comer, dormir, ter necessidades corporais, fazer sexo, ter uma casa e roupas adequadas ao clima. E aqueles psicológicos que podemos considerar como necessidades “físicas” da mente humana, ou seja, mecanismos biológicos e instintivos que estão presentes em todos os seres humanos e não derivam de memes, mesmo que sejam fortemente influenciados: viver em grupo, ser apreciado, ser solidário, proteger os menores, sonhar com o futuro (sobretudo para os filhos) e ter desejos, ter “pensamentos ruins” (como inveja e raiva), ter medo, ter consciência da morte. A crescente pressão migratória pela qual a Europa está passando nos últimos anos, principalmente em 2014-2015, pela falta de solução da questão síria (e de outras), além da constante disparidade econômica mundial, nasce dessas “necessidades” básicas. Os fluxos migratórios superam obstáculos físicos (naturais ou artificiais) e quando não conseguem ultrapassá-los (ou são impedidos a um certo ponto) sabem encontrar saídas e se redirecionam para pontos mais “fracos”. A qualidade de vida do dia a dia é um fator geopolítico.

Temos como exemplo, no caso da Faixa de Gaza, o bloqueio da movimentação de pessoas, o contingenciamento físico dos bens que entram e o processo de *caging* a que essas coisas são submetidas como elementos relevantes, como pontos de partida para compreender a dinâmica geopolítica de lugares (e, certamente, para buscar soluções) parecidos, ou ainda mais longe, as declarações iconográficas (evidentes e repetitivas) de qualquer expoente do Hamas ou de um ministro israelense. A afirmação iconográfica de *caging* externo (segurança de Israel em perigo) permite ao governo israelense, por meio da mídia de massa e de ações militares, fazer um *caging* da e na Faixa, fisicamente assimétrico, como número de privações, vítimas e destruições, relativamente aos danos a Israel feitos pelos mísseis Qassam. E graças aos enjaulamentos físicos da Faixa e ao seu valor iconográfico, os líderes do Hamas operam um *caging* sobre a população palestina, que utiliza tanto os símbolos quanto o uso dos espaços físicos. A iconografia do Islã se traduz em slogans e gestos retóricos, em comportamentos permitidos e proibidos e vigilância da milícia. A iconografia da resistência armada ao sionismo se materializa no lançamento de mísseis Qassam, que certamente não têm perspectiva de vitória. No entanto, o Hamas não tem concorrentes na gestão do poder. No mais, a intervenção estrutural no outro território palestino de West Bank, feita através de assentamentos/colônias no estilo ocidental e em contínua expansão, e o complexo de comunicação de estradas, são indicadores e fatores fundamentais do processo de *caging*, sob a forma de *check-points*, muro/”*fence*”, estradas proibidas/separadas, e *selfcaging*, que é uma exclusividade hebraica, também como o estilo de vida, nos *outposts*/postos

avançados ilegais e em quase todos os assentamentos autorizados (Weizman, 2009). As formas do processo são variadas (também pela evidente enorme diferença de disponibilidade econômica entre o estado de Israel e a Autoridade Palestina), mas a dinâmica é a mesma que em Gaza. O espaço físico (bloqueado e modificado) que se torna fator geopoliticamente condicionante e produz comportamentos e ações “geopolíticas”, principalmente um hábito/vício mental para o *status quo* ou um sentido minoritário de rebelião. No entanto, este não pode ser derrubado, justamente pela fisicalidade diária do exercício desequilibrado e assimétrico do poder, que continua alimentando um sentimento de injustiça.

## 5. MANIFESTAÇÕES ESPACIAIS E COMPORTAMENTAIS (*SELF-CAGING*) DA DIFERENCIAÇÃO PRIMÁRIA

Se são as exigências humanas que sustentam (ou provocam) as dinâmicas geopolíticas, os critérios e os instrumentos de análise mudam: a diferenciação mais evidente na pirâmide socioeconômica e na gestão de cumprimento das exigências citadas é aquela entre os ricos e pobres, entre privilegiados e excluídos, entre explorados e exploradores, entre quem pode decidir e quem deve ceder, independentemente do declarado pertencimento nacional, das afirmações de identidade, cultura, valor, etc. E parece significativo que nesse tipo de estrutura hierárquica e piramidal, fundamentada sobre o dinheiro, o mundo legal e o criminal não têm objetivos diferentes. Mudam-se os modos e os instrumentos de ação, mas nem sempre. Ao contrário, cada vez mais as modalidades operacionais da economia criminal e da lavagem de dinheiro “sujo” se aproximam sinergicamente do processo de financeirização global da economia (Galullo, 2010), manifestando-se concretamente no controle e nos efeitos sobre o território e também sobre as pessoas. Vale a pena recordar que a recente crise financeira mundial teve suas raízes na manipulação de empréstimos para a compra de um bem primário e essencial para a vida humana, a habitação, e que a construção e a infraestrutura estão entre os setores-chave de investimento em que as máfias nacionais e internacionais lavam valores provenientes do tráfico de ilícitos. Não houve crise econômico-financeira nos últimos 20-30 anos que não tenha sido precedida por uma chamada “bolha imobiliária”. É a “lógica particular da indústria financeira, tipicamente hierárquica e seletiva: enquanto suas atividades se estendem para a base, cresce a concentração no topo” (Farinelli, 2003, p.195).

As diferenças de renda e poder incidem diretamente seja na satisfação das

necessidades primárias, seja no “sonho” e no imaginário, afetando diretamente também a propriedade e o uso dos espaços físicos, na determinação de sua forma e dimensão. Temos debaixo de nossos olhos todos os dias sob a forma de *zoning* dos bairros de uma cidade, marcado pelo custo diferencial por metro quadrado e pela qualidade/tipo dos materiais usados, assim como pelo aspecto das casas, com variações extremas, que vão das áreas que são uma espécie de fortes super vigiados dos ricos às enormes favelas das metrópoles dos países pobres. Disse o conhecido arquiteto italiano Vittorio Gregotti: “a cidade mais do que acolher, seleciona, produz resíduos sob a forma de quantidades crescentes de lixo, mas também de excessos humanos que o poder tenta conter. O recinto, o espaço vigiado (riquíssimo ou paupérrimo) é, portanto, uma ideia que vai muito além do tema da segurança, é o princípio de uma concessão da cidade em si como soma de ‘acampamentos’ reciprocamente impermeáveis” (Corriere della Sera, 27 de julho de 2010, p.39). Mas, essa diferenciação primária está presente também nas culturas não urbanas e também ali se fundamenta sobre o uso do espaço físico, assim como sobre as diferentes qualidades e quantidades de propriedade de “coisas”, sobre as variadas possibilidades de incidir sobre mudanças no espaço físico e sobre os comportamentos do grupo. A assimetria rico/pobre desencadeia um mecanismo através do qual tendenciosamente se unem (ou se obrigam a se unir) em espaços onde os vizinhos são “homogêneos” a nós, desencadeando também um processo mental que faz pensar sempre em torno dos mesmos conceitos e modos de vida, o que faz circular basicamente os mesmos memes. É a lógica do *country club*/campo de golf, que hoje se torna de massa com a vila turística e o navio de cruzeiro. É o mecanismo das heterotopias (“outros” territórios e espaços) de Foucault (Foucault, 1984). Os mais jovens crescem em gaiolas desejadas ou construídas pelos pais, sofrem a influência “perceptiva” do ambiente ao seu redor e que frequentam, assim pensam que o mundo, todo o espaço físico, é igual àquele que conhecem, e, principalmente, que esse mundo funciona com os mesmos hábitos que viram e experienciaram. Mas, eles mesmos se tornam atores ativos de *caging/selfcaging* quando copiam/repetem comportamentos (fisicamente visíveis em lugares fisicamente frequentados ou conhecidos através das mídias de massa) ou procuram lugares onde já sabem o que vão encontrar: sempre aquilo que conhecem (como McDonald’s ou KFC ou os grandes shoppings com roupas e objetos da moda atual) e que proporciona uma tranquilidade que transmite a sensação de exercer um poder de decisão aparentemente autônomo, seja ele pequeno e limitado no tempo e no espaço. No limite basta também apenas olhar. E o shopping (centro comercial) distrai a diferenciação pessoal de sua posição na



pirâmide socioeconômica mostrando em um ambiente bonito e cativante e com grande evidência a fisicalidade dos bens nas vitrines, que, no entanto, só podem ser adquiridos com base em sua posição na pirâmide. “O indivíduo contemporâneo percebe seu valor em relação ao outros, principalmente com base nas escolhas de consumo” (Boni, 2009, p.150), e o shopping ao mesmo tempo reforça e esconde que a “existência econômica do indivíduo é nivelada de acordo com um paradigma único: trabalhar para ganhar, para depois gastar como consumidores, tudo dentro da mesma lógica mercantil” (ibid, p.147). O sentido (querer, sofrer, aceitar ou viver inconscientemente) da própria ilha cultural (individual e/ou de grupo) produz um mecanismo de autoenjaulamento, de *selfcaging* mental que se torna e/ou produz *selfcaging* espacial. É um processo mental profundamente humano, e, portanto, necessário, inevitável. Nesse sentido protetivo e equilibrante: ‘a home means walls’, disse uma mulher imigrante de mais de 80 anos que já mudou 17 vezes de “casa” em sua vida (Tovi Fenster, palestra sobre: ‘Migrant Women over 80: the Meanings of Home, Belonging and Memory’, Universidade de Milão-Bicocca, 30 de abril de 2010). Discordamos quando tomamos consciência de sua importância política e de poder (sobre nós e sobre os outros), porque o processo de *selfcaging* é um processo de poder, mas voltado para si mesmo, muitas vezes inconscientemente. Mas também quando é consciente muitas vezes parece “justificado” por vantagens ou males menores ligados ao não conhecido/percebido, em relação ao medo do desconhecido ou do inimigo. É paradoxal o caso extremo dos chefes italianos da máfia/*camorra* que ficam foragidos por anos, até décadas, e que, quando são achados e presos, descobre-se que para poder exercer o poder, entre a vida e a morte (*caging* extremo), viveram reclusos em espaços pequenos ou sujos (*selfcaging*) junto com enormes quantidades de dinheiro (ali, inútil), com *video games*, jornais esportivos e imagens da religiosidade católica popular. Mas investiram em muitas propriedades imobiliárias e em terras que não utilizam, a não ser ocasionalmente, ou que servem para o funcionamento de sua estrutura hierárquica e das atividades criminais.

## 6. O GEÓGRAFO OBSERVA O ESPAÇO PÚBLICO/PRIVADO E COMEÇA A CONSIDERÁ-LO DO PONTE DE VISTA FÍSICO

Se aceitamos essas premissas, como podemos, enquanto intelectuais e geopolíticos, aguçar nossa consciência sobre tais mecanismos? Que precauções/critérios seletivos usar? Como sair de nosso *selfcaging* intelectual? O modo é aquele

típico dos geógrafos: observar com atenção. Seguindo a sugestão de Gerard Toal (1996), “um geógrafo educado é um observador”, porque “Geografia é ver, não escrever”.

A coisa a ser observada é principalmente a questão da tripartição do espaço (Eva, 2012) e também o tipo de relações humanas. Significa considerar, “ver”, o espaço de três pontos de vista: como *físico [-biológico]* (a materialidade de tudo aquilo que não tem consciência da própria morte, incluindo a fisicalidade dos seres humanos), como *percebido* (tudo aquilo que é subjetivo, emocional, de cada ser humano individualmente), como *representado/simbólico* (tudo aquilo que é contado por *narratives* afirmado por meio de atribuições de valores metafísicos ou transcendente, também através de símbolos a serem aceitos como ícones [indiscutíveis]). Com a abordagem sugerida pelo criativo pensador anárquico Colin Ward, atuante na auto-organização territorial e na educação, falecido recentemente, que dizia “tendo a pensar em termos de exemplos práticos ou de exemplos concretos” (citado em Goodway, 2003, p.69). O espaço percebido (aquele que no acreditamos ver como objetivo, sendo que, ao invés disso, fazemos sua interpretação) é aquele que sustenta o processo de *selfcaging*. O espaço representado/simbólico (aquele que é descrito/contado ou que afirmamos como verdadeiro e/ou cheio de significado) sustenta o processo de *caging*. Estes, sim, são mecanismos com fortíssima (mas não total) influência psicológica, muito mais do que no passado se pensava que fosse o condicionamento determinista do espaço físico (ambiente e clima) sobre comportamentos dos grupos humanos e dos indivíduos. O sucesso obtido nas teses de Samuel Huntington em *Clash of Civilization* (1993) mostra como hoje “o sentido comum” atribui à “cultura” (civilização) a mesma força determinista que se atribuía há um tempo à natureza. “O senso comum se alimenta, portanto, de discursos falsos, mas poderosos, porque atraentes, sedutores, introjetados e reproduzidos na prática, às vezes divulgados com características semelhantes em muitos circuitos culturais” (Boni, 2011, p.193).

Mas, o primeiro e mais fundamental ponto de partida para o geógrafo (e o geopolítico), sua abordagem metodológica, deve ser a atenta observação do espaço físico de uma *materialidade* (mesmo biológica) que é diferente de nós, a partir de objetos e da fisicalidade da nossa vida cotidiana, mas que inclui aquilo que em nós é físico, como a necessidade de beber e comer, etc., e que abrange também a necessidade de ter imaginação. A materialidade como é, independentemente de “nós”, como humanidade, com suas relações com ela, com as mudanças que os seres humanos são capazes de introduzir ou introduziram. Isso tudo nos ajuda a nos tornarmos livres de nossos preconceitos (a percepção dos outros e do que nos

rodeia) e das construções/depósitos mentais que “inventamos” ou que nos são impostos (os memes da nossa imaginação e/ou das iconografias). A partir do espaço físico podemos ler com mais precisão a concretização da pirâmide socioeconômica e dos vínculos/condicionamentos do agir humano (como, por exemplo, a forma e a distribuição das casas, a configuração dos espaços públicos e sua usabilidade, as zonas privadas/protegidas/exclusivas, etc.), porque se arriscarmos considerar a materialidade do espaço, podemos ver e compreender melhor as consequências físicas da ação, dos grupos e dos indivíduos, e entender como se articulam as relações socioeconômicas naquele lugar, as variações de uso entre indivíduos e grupos. E também as formas como a imaginação age naquele espaço.

E, portanto, como geopolíticos, mediante crises mais ou menos conflitantes ou dinâmicas que parecem complexas, e, ao invés de “quem manda aqui e o que pensa ou diz ser ou querer fazer?” possamos perguntar “como é estruturado o espaço físico ‘local’? *O que é fruto de caging e o que é resultado de selfcaging? Os seres humanos que estão aqui, do que eles precisam materialmente ou o que precisariam para uma vida digna de ser vivida?*”. Observar com atenção e tentar responder a essas perguntas pode fazer de nós geopolíticos úteis para favorecer processos de paz ao invés de analistas aptos a descrever os efeitos territoriais das decisões de quem comanda. Não porque as decisões dos líderes não tenham influência, mas justamente para entender melhor de onde vêm e quais efeitos podem produzir. “Lá, onde se pensa que a modernidade auxilia na ação dos sujeitos, é preciso se esforçar para ver somente redes de práticas contingentes, para ver que as coisas acontecem, que acontecem fatos” (Garcia, 2009).

Como exemplo, para apoiar ou iniciar processos de negociação de convivência no espaço e/ou de pacificação nos territórios disputados de Israel/Palestina (Newman D., 1996), a questão crucial, fundamental não é a da representação e de que tem o direito de negociar (deve-se negociar com o Hamas? E o Hamas deve tratar com Israel?), mas é sobre como limitar desigualdades e privilégios (Eva, 1999), e limitar o âmbito e a apropriação dos espaços privados (sem que eles desapareçam), visto que o controle exclusivo do espaço sem limitação “conceitual” é um dos pilares simbólicos e factuais da pirâmide socioeconômica e do processo de *caging-selfcaging*, que são fatores geradores de conflitos. Dar respostas “físicas” às necessidades humanas constitui base indispensável para qualquer processo de paz, e isso exige tempo, mas nesse tempo deve, no entanto, ser possível perceber mudanças efetivas no espaço físico. Claro, cada processo de pacificação acontece também no plano do percebido e do simbólico, mas seus efeitos devem ser fisicamente visíveis na vida cotidiana. Isso para que o processo de paz possa se tornar uma ideia-

transfer. É curioso que os espaços privados, sua quantidade, extensão, “proteção”, tipologia, não estejam nunca presentes nas análises geopolíticas e nas relações internacionais como fatores significativos. Os espaços privados parecem apolíticos por definição, porque não são divididos e em seu interior existem regras de uso autônomo. Mas essas regras autônomas são quase totalmente iguais àquelas dos espaços públicos hierárquicos, porque se fundamentam no mesmo posicionamento mental “piramidal”. Única diferença: nos espaços privados, a hierarquia de poder e/ou exclusão de muitos dos processos de decisão é explícita e justificada. E é essa a condição de vida de nós todos mais difundida, o nosso *caging* cotidiano. A quantidade de espaços privados onde passamos boa parte das nossas vidas (trabalho e moradia) é consistente e garante a contínua reprodução do meme da “presença do domínio como categoria central do imaginário social” (Bertolo, 2010, p. 86).

A pesquisa amplia não apenas o espaço físico privado à disposição, mas também a quantidade e a qualidade de utilização dos espaços públicos compartilhados. Para quem tem menos ou nenhuma riqueza permanecem apenas estes últimos, os quais só formalmente pertencem a eles e sobre os quais têm apenas um limitado (às vezes, limitadíssimo ou nulo) poder de decisão, quase sempre indireto.

A ação da política interfere principalmente sobre as dinâmicas e as relações nos espaços públicos, aquelas que necessariamente são e devem ser compartilhadas e que podem surgir em momentos de conflito, visto que é aqui que podem se desdobrar processos de *caging*, exercidos por poder de decisão (político e/ou econômico), e de *selfcaging*, exercido por indivíduos e por grupos em relação a si mesmos. Mas, onde também é possível uma negociação mais dinâmica e aberta, porque nos espaços privados, ao contrário, o mecanismo de exclusão e de exclusividade da possibilidade de decisão faz com que a negociação fique muito reduzida, se não inexistente. Manda o “chefe” e/ou quem é o proprietário. Quem negocia processos de paz deve se confrontar com questões concretas, relativas ao espaço físico e encontrar propostas que afrontem/resolvam as necessidades básicas, cotidianas dos seres humanos, devendo também pensar como sustentar ao longo do tempo o processo por meio de “memes” que favoreça o confronto e a “circulação”, porque os inimigos mais aguerridos são os memes que se derivam das percepções subjetivas do medo e das representações iconográficas do poder, do meme da espacialização exclusiva da identidade. Nesse caso, com especial atenção aos espaços públicos.

## 7. NO ESPAÇO PÚBLICO, A NEGOCIAÇÃO AO INVÉS DA PIRÂMIDE. QUAIS MODELOS?

Os espaços públicos são e devem ser espaços de compartilhamento, mas as práticas de relações, hábitos de vida são culturalmente orientadas/determinadas e os diversos possíveis pressupostos culturais do compartilhamento (ou seja, como se manifestam os processos de *caging/selfcaging*) diferenciam sensivelmente sua função e utilização por parte dos indivíduos. Além da diferenciação por disponibilidade econômica, a diferenciação de gênero, ou seja, o que podem ou não podem fazer as mulheres, é a diferenciação “cultural” de uso dos espaços públicos (mas também dos privados) que fica mais evidente nesse sentido, globalizada e com efeitos geopolíticos importantes, tendenciosamente subestimados na geopolítica não crítica (dell’Agnese, 2005). No entanto, além das diversidades aparentes, os modelos culturais de pirâmide socioeconômica em ação são sempre os dois já citados no início: Modelo 1 = honra/sangue ou ideologia ou teocracia, Modelo 2 = economia/dinheiro; um terceiro modelo seria desejável.

Modelo 1 = O espaço público pode ser compartilhado, mas passando por uma autoridade hierárquica que administra o seu uso com regras específicas e obrigatórias, com “valores” afirmados como justos e, assim, indiscutíveis, e com sistemas de controle fortes e difusos. A possibilidade de conflito (às vezes também de discordância) é negada a princípio (exemplo extremo da Coreia do Norte), mas pode impedir explosões violentas de impaciência e revolta (veja o Irã depois das eleições da metade de 2009 ou a resistência dos monges budistas em Myanmar/Birmânia em 2008 ou os fatos ocorridos na Tunísia, Egito, Síria, Iêmen, etc. no início de 2011). Modelo 2 = o espaço público pode ser compartilhado sem conflitos desestabilizantes, porque está em funcionamento ou foi “construído” (*Iconografia*) um imaginário de compartilhamento (meme da coesão nacional ou da sociedade “melhor” porque democrática), que, no entanto, produz uma ilha cultural, também esta tendenciosamente totalizante. O indivíduo se adapta a ela para viver tranquilo ou porque a desconhece ou a compartilha e não tem razões para se opor (não vê a oposição nem mesmo como uma possibilidade). Ativa-se o *selfcaging*. As manifestações conflitantes são mais diversificadas, fragmentárias, mas, em geral, menos violentas e facilmente controladas (*caging*) pela estrutura política que pode contar com o apoio silencioso e condescendente da maioria dos cidadãos, também, e de forma bastante útil, “distraída” pela mídia de massa. Pode valer para o Ocidente que tem seus modos de distração de massa ou para a

China pós Deng Xiaoping, que pode contar há muito tempo com hábitos sociais fortes e coesos, além de um sistema e controle eficaz, “confuciano”, por parte da autoridade política. Mas, cada cultura que se sente ou deseja (pretende) ser “forte” tem seus próprios modos de dar sentido (construtivo) à vida social. Reivindicando ou inventando a superioridade das próprias tradições e marcando território (veja as centenas de símbolos iguais à bandeira da Liga Norte (Lega Nord) na escola pública elementar e de ensino médio de Adro, Lombardia (Itália) em setembro de 2010, depois retiradas pelo prefeito, porque são consideradas ilegais, isso após denúncia por parte dos cidadãos). Atualmente a China é um caso interessante de estudo, porque está combinando alguns elementos-chave dos dois modelos indicados. Até agora com sucesso. E a tendência global parece ser a que determina um caminho “em direção ao modelo de Hong Kong”. É um modelo que prevê/ aceita a diferença de riqueza pessoal (sem limites) e um sistema de tomada de decisão hierárquico e comercial sob a tutela econômica, em que nos cargos públicos (acessíveis principalmente por cooptação) se reconhece a autoridade, para que e desde que, fiquem garantidos os interesses econômicos dos gestores de capital, de propriedade e não seja mais posto em discussão a legitimidade da estrutura de poder. Os sujeitos “fortes” são cooptados nas negociações e nas decisões de amplo respiro (lobbies) e/ou fica garantida a representação política (cotas de assentos reservados) ou, ainda, garantias autônomas com apoio econômico direto ao próprio candidato ou partido que obtiver sucesso nas eleições democráticas. Ao povo de Hong Kong é permitido exercer o direito de expressão e de escolha de seus representantes através de eleições multipartidárias, sendo que estas não podem afetar mais do que uma certa porcentagem definida no processo de decisão política (em HK, é de 55% dos membros). Parece significativo, mas, nas eleições suplementares de Hong Kong, em maio de 2010, provocadas voluntariamente pelo Partido Cívico Democrático, apenas 17% das pessoas com esse direito foram votar. O boicote desejado/imposto por Pequim (*caging*) foi alcançado com *selfcaging* (resignação e sensação de impotência? Desinteresse? Contra a política? Outras prioridades?) dos cidadãos e dos líderes econômicos locais. Por fim (sendo este o terceiro modelo desejado), o espaço público pode ser compartilhado porque é “negociado”, ou seja, existe um confronto real/debatido por parte do público em que as decisões políticas e administrativas são descentralizadas no nível mais baixo possível. Os indivíduos encontram equilíbrio ou resolvem os conflitos em uma contínua negociação nos espaços compartilhados, mas a partir dos espaços individuais (mentais e físicos) que são pressupostos como iguais e, por isso, são, por meio da política, voltados para a igualdade. Exemplos tímidos são as cotas de

“orçamento participativo” (pequenos percentuais dos fundos comunitários), que algumas cidades reservam para aplicação em escolhas feitas diretamente pelos cidadãos.

Mas, para poder ter uma negociação entre “iguais”, os espaços individuais devem ser limitadamente exclusivos (ou seja, espaço físico garantido, mas existe uma abrangência espacial limitada) e limitadamente diferenciada quanto a questões de “riqueza” para aproximar-se concretamente da “posição de origem” de John Rawls (1971). De forma bastante simples, significa limitar a propriedade privada do espaço, porque não basta que uma sociedade se declare formalmente democrática e/ou tenha constituição ou normas jurídicas de equilíbrio entre pobres do estado, quando grande parte (quase a totalidade) da vida do dia a dia e das relações políticas e econômicas acontecem em dinâmicas de *caging/selfcaging* em que os sujeitos são dotados de poderes e instrumentos de ação, de capacidade e consciência, de poder de decisão para fixar regras que permitam dominar e dar forma ao espaço físico, de diferentes dimensões de propriedade do e no espaço físico. Os efeitos negativos da diferenciação primária entre ricos e pobres eram bem presentes aos constituintes italianos quando da elaboração do artigo 3 da Constituição. Na verdade, no segundo parágrafo há inclusive a afirmação de que “é dever da República remover os obstáculos de ordem econômica e social que, *limitando de fato a liberdade e a igualdade dos cidadãos, impeça o pleno desenvolvimento da pessoa humana e a efetiva participação de todos os trabalhadores na organização política, econômica e social do país*” (itálico meu). É um artigo que mantém a sua força conceitual, mas aponta para um pequeno desvio cultural de 1948, destacando a utilização do termo “trabalhadores” que hoje seria considerada restritiva, se não discriminatória, em relação a outras categorias sociais.

O “modelo Hong Kong” tem um correspondente no sistema ocidental parlamentar que segue cada vez mais o exemplo dos EUA. A participação (e a soberania) dos cidadãos é cada vez mais limitada pelo fator eleitoral (com sistema majoritário), com liberdade e oportunidade formalmente absolutas e “iguais” de participação, mas o processo de *selfcaging* (assim como certos mecanismos formais para exercitar o direito de voto) leva a percentuais de votantes em torno de 50% das pessoas que possuem direito para votar. Também a possibilidade de escolher cargos locais (como, por exemplo, juizes e chefes de polícia nos EUA) ou a frequência dos referendos populares (como na Suíça) têm uma importância limitada, evidenciada pelo fato de que o sistema piramidal e hierárquico é sempre “fisicamente” seletivo (por meio da cooptação do ato ou por seleção de censo e/ou riqueza) e que os *outsiders* e/ou as escolhas coletivas concorrentes em relação

às praxes comuns são muitas pequenas em número e bastante ocasionais. A opção de escolher quase nunca é voltada para causas “revolucionárias” e muitas vezes tem o objetivo de conquistar o poder para endurecer práticas de *caging* (expulsão/contingenciamento estrangeiro, limitação da diversidade, restauração da ordem e do senso de pertencimento nacional, etc.). Além disso, os sistemas eleitorais majoritários aumentam a relevância dos sistemas de conquista e do consenso de que a condição para vencer passa necessariamente pela coleta de fundos consistentes para a campanha eleitoral, sendo que esses fundos podem vir quase que exclusivamente ou prevalentemente de indivíduos ou grupos econômicos do topo da pirâmide socioeconômica. Os quais, por meio de ações de lobby, exercem seu “direito” de orientar/condicionar as escolhas dos representantes políticos eleitos pelos cidadãos (veja a sentença da Corte Suprema dos EUA sobre os financiamentos eleitorais [liberações] criticadas pelo presidente Obama em seu discurso de 27 de janeiro de 2010). Não é exceção o crescimento e o sucesso eleitoral no mundo todo de líderes políticos ricos ou que representam abertamente interesses econômicos bastante individualizados ou que tenham alcançado a notoriedade popular graças ao sistema de mídia de massa, sistema este que é, necessariamente, e em maioria de propriedade, controlado pelos mesmos sujeitos do topo da pirâmide socioeconômica. E qual rico não adequará seu próprio programa eleitoral às expectativas dos possíveis financiadores da campanha eleitoral? Afinal, o objetivo é ganhar. Por meio do *infotainment* é possível canalizar o consenso dos “clientes”/eleitores graças a uma aparente diferenciação de *narratives* de um mesmo *discourse*. Desse ponto de vista, é possível dizer que se no modelo chinês a carreira e o confronto político se exercem e se desenvolvem no interior do partido, na democracia parlamentar, a “escola política” é feita dentro e por meio dos sistemas de mídia de massa. Em ambos os casos, na maior parte das vezes, não se “sobe” para o topo se não há homogeneidade e, portanto, cooptação pelo sistema socioeconômico dominante. Como paradoxo, temos o caso de uma estrutura Sheik-Emir como a do Qatar, na metade dos anos 90, (depois de um golpe de estado “branco” do filho contra o pai), verificou-se uma capacidade de mudança/deriva cultural em relação ao próprio contexto muito mais rápida e em certos aspectos mais revolucionária do que muitas democracias parlamentares. O chefe único decide e muda as coisas rapidamente. E o exemplo emblemático de tal deriva cultural é a instituição da Al Jazeera TV que, também por motivo fortuito, tornou-se fonte respeitada de narrativas midiáticas internacionais, sustentando o crescente papel geopolítico do Qatar. Um papel que não foi só de suporte, de tal modo que a Al Jazeera é considerada e tratada como sujeito político (no Iraque ela foi proibida de ter um escritório e, no Egito, três de



seus jornalistas foram processados por “terrorismo”).

Os sujeitos econômicos que tomam decisões, as *transnational corporations*, movimentam-se sempre mais para o nível global, mas precisam de espaços territoriais físicos com limites e autoridade política que garantam a eles os títulos de propriedade e previsibilidade das “regras” (além de “favores”). Isto é, apoio dos próprios governos (no caso dos estados mais poderosos em nível internacional) e garantias/conivências (mais ou menos válidas) que possam dar os governos dos estados fracos no que se refere ao próprio território. Da mesma forma, a disponibilidade em vantagem própria do uso legítimo da força (ou seja, polícia e exército) e/ou da tributação favorável por parte do estado. Por isso o processo de globalização econômico-financeiro não acaba com os estados, mas altera apenas parcialmente as funções e o alcance das leis. Modifica a importância relativa das funções dos estados e, podendo influenciar o modo e a direção dos fluxos financeiros, os líderes da globalização financeira são capazes não apenas de causar catástrofes e crises (como a de 2008, cujos efeitos ainda perduram), como também de chantagear os governos com a ameaça de deixar faltar os chamados “investimentos” em caso de ausência de ajuda e/ou garantias ou em caso de políticas socioeconômicas não favoráveis (vide o caso da Grécia). Por isso permanece a lógica mental (meme) e espacial dos estados, da “territorial trap” (Agnew, 1998) que enjaula o pensamento comum e o geopolítico ao se referir ao estado, com características vestfalianas (território com fronteiras fixas e reconhecidas) como único pilar/sujeito/ator necessário da política e das relações internacionais. É a lógica que suporta idealmente aqueles que compartilham da afirmação de que boas cercas fazem bons vizinhos.

## **CAGING, SELF-CAGING, MATEARILITY, MATERIALIDADE, PYRAMID AND MEMES AS BETTER INSTRUMENTS OF GEOPOLITICAL ANALYSIS. AN EPISTEMOLOGICAL ANARCHICAL APPROACH?**

### **ABSTRACT**

Human beings, both individually and collectively, are simultaneously victims and perpetrators of the ongoing process of caging (more related to iconographies and power) and self-caging (which is more subjective and individual, related to both iconographies and movement). The independent and difficult-to-control action of memes has the function of circulation, and favours the composition, decomposition and re-composition of human groups in societies, perhaps constituting the primary fuel for the ‘imagination’ mechanisms

that (trans)form cultural islands and cultural drift. This ongoing dynamic shows itself and crystallizes in physical space, which is what geographers must carefully observe. This is particularly true for political geographers, who also analyse the same dynamics from the perspective of those socio-economic pyramids that are states or whatever other power structure that has been formally declared and/or socially recognized – and perhaps with some subjective aspiration to contribute to the processes of resolution/management of human conflict.

**KEYWORDS:** Meme, Cultural island, Caging, Self-caging, Tripartition of space, Iconography

## (AUTO)ENCARCERAMIENTO, MATERIALIDAD, PIRÁMIDE Y MEMES COMO INSTRUMENTOS MEJORES DE ANÁLISIS GEOPOLÍTICA. UNA ABORDAJE EPISTEMOLOGICAMENTE ANÁRQUICA?

### RESUMEN

El ser humano, tanto individual, como colectivamente, son al mismo tiempo, víctimas y los autores del actual proceso de introducción en jaulas (más relacionado con iconografías y poder) y la auto-introducción en jaula (que es más subjetivo e individual, en relación con las dos iconografías y movimiento). La acción independiente y de difícil control de los memes tiene la función de la circulación y favorece la composición, descomposición y recomposición de los grupos humanos en las sociedades, tal vez constituye el principal combustible para los mecanismos de “imaginación” que (trans) forma cultural islas y la deriva cultural. Esta dinámica en curso se muestra y se cristaliza en el espacio físico, que es lo que los geógrafos deben observar cuidadosamente. Esto es particularmente cierto para los geógrafos políticos, que también analizan la misma dinámica desde la perspectiva de esas pirámides socioeconómicas que son estados o cualquier otra estructura de poder que ha sido formalmente declarados y / o reconocidos socialmente - y tal vez con un poco de aspiración subjetiva de contribuir a los procesos de resolución / gestión de los conflictos humanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Meme, Isla cultural, Iconografía, Encarceramiento, Autoencarceramiento, Tripartición del espacio, Pirámide socioeconómica.

## REFERÊNCIAS

- Agnew J., *Geopolitics. Re-visioning world politics*, Routledge, London-New York, 1998.
- Augé M., *Che fine ha fatto il futuro? Dai non-luoghi al nontempo*, elèuthera, Milão, 2009.
- Bertolo A., “Potere, autorità, dominio: una proposta di definizione”, em *Volontà*, n. 2, 1983, republicado em *Libertaria*, Milão, ano 11, n.3, jul-set 2009.
- Boni S., *Culture e poteri. Un approccio antropologico*, elèuthera, Milão 2001.
- Cavalli Sforza L. e F., *Chi siamo*, Oscar Mondadori, Milano, 1993.
- Cavalli Sforza L., Menozzi P., Piazza A., *The History and Geography of Human Genes*, Princeton University Press, Princeton (N.J.), [trad ital. *Storia e Geografia dei Geni Umani*, Adelphi, Milão, 1997, p.191]
- Cavalli Sforza L., *L'evoluzione della cultura*, Codice Edizioni, Turim, 2010.
- Dawkins R., *Il gene egoista*, Mondadori, Milão, 1995 (Ed. orig. *The Selfish Gene*, Revised edition 1989).
- dell'Agnese E., *Geografia politica critica*, Guerini, Milão, 2005, p.148.
- Eva F., “Global Stability through Inequality or Peace Processes through Equality”, in Special Issue of *Geopolitics* ‘Geopolitics at the end of the Twentieth Century: the Changing Word Political Map’, Vol 4 (1), Summer 1999, Frank Cass Publishers, London, UK, pp.98-117.
- Eva F., “Cina a Giappone oggi: e domani?”, in *Nuova geografia delle macroregioni*, sob a curadoria de M. Fumagalli, Maggioli, Santarcangelo di Romagna, 2009, pp.279-294
- Eva F., “Caging/self-caging: Materiality and Memes as Tools for Geopolitical Analysis”, in *Human Geography*, Vol. 5, n. 3, Nov. 2012.
- Farinelli F., *Geografia*, Einaudi, Turim, 2003.
- Farinelli F., *La crisi della ragione cartografica*, Einaudi, Turim, 2009.
- Feyerabend P., *Contro il metodo*, Feltrinelli, Milão, 2002, p.155.
- Foucault M., “Space, Knowledge and Power (conversation with P. Rabinow)”, *Skyline*, March 1982, pp.16-20, publicado em *Spazi Altri*, a cura di Salvo Vaccaro, Mimesis, Milão, 2001, p. 68.
- Foucault M., “Des espaces autres”, *Architecture, Mouvement, Continuité*, n. 5, Octobre 1984, pp.46-49, publicado em *Spazi Altri*, sob a curadoria de Salvo Vaccaro, Mimesis, Milão, 2001, p. 24.
- Foucault M., *Storia della sessualità. La volontà di sapere*, Feltrinelli, Milão, 2001, pp.125-126.
- Galli C., *Spazi politici*, il Mulino Saggi, Bolonha, 2001, p. 12.
- Galullo R., *Economia criminale*, Il Sole 24 ore, Milão, 2010.
- Garcia V., apresentação no seminário internacional “Anarchismo, post-anarchismo e neo-anarchismo nel ventunesimo secolo”, 4-5 de julho de 2009, Venezia-Marghera,

- Número especial do *Bollettino del Centro Studi Libertari-Archivio G.Pinelli*, Milão, n.34, dez 2009, p.14.
- Giles J., “Come si diffonde una bugia”, *New Scientist*, GB, tradotto in *Internazionale*, Roma, ano 17, n.856, 23/29 julho de 2010, p.52.
- Godwin W., “An account of the Seminary that Will Be Opened on Monday the Fourth Day of August, at Epsom in Surrey, for the Instruction of Twelve Pupils in the Greek, Latin, French and English Languages”, in *Morning Herald & Daily Advertiser*, July 2nd 1783.
- Goodway D., *Conversazioni con Colin Ward*, Eleuthera, Milão, 2003.
- Gottmann J., *La politique des Etats e leur géographie*, Colin, Paris, 1952.
- Lèvi Strauss C., *Le strutture elementari della parentela*, Feltrinelli, Milão, 1978. Monod J., *Il caso e la necessità*, Mondadori, Milão, 1970
- Newman D., “Shared spaces-Separated spaces: Israel-Palestine peace process”, *Geojournal*, 39:4, Kluwer Academic Publisher, Netherland, pp.364-375, 1996.
- Newman S., *From Bakunin to Lacan: Anti-Authoritarianism and Dislocation of Power*, Lexington Books, Lanham, 2001.
- Pancera C. (a cura di), *William Godwin. Sull'educazione e altri scritti*, La Nuova Italia, Scandicci (Florença), 1992.
- Rawls J., *Una teoria della giustizia*, Feltrinelli, Milano, 1982 (Ed. orig. *A Theory of Justice*, Harvard University Press, 1971).
- Reclus E., *L'Homme et la Terre*, Librairie Universelle, Paris, 1905-1908.
- Scevola N., “Do you speak Shugni?”, in *Io Donna*, suplemento do Corriere della Sera, 7 de julho de 2010, pp. 29-32.
- Stiglitz J., *La globalizzazione che funziona*, Einaudi, Turim, 2006, p. 157
- Taylor P.J., “A materialistic framework for political geography”, *Transactions of the Institute of British Geographers*, NS, 1, pp.129-142, 1982.
- Toal G., *Critical Geopolitics*, University of Minnesota Press, Minneapolis, 1996, p.94.
- Vaccaro S., “Attenzione, spia accesa”, nel numero speciale del *Bollettino del Centro Studi Libertari-Archivio G.Pinelli*, Milão, n.34, dezembro de 2009, p.5.
- Yiftachel, O., ‘Between Colonialism and Ethnocracy: ‘Creeping Apartheid in Israel/ Palestine’, in Jeenah, N. (ed), *Pretending Democracy: Israel, an Ethnocratic State*, African Middle East Centre, Johannesburg, 2012, pp. 95-116.
- Ward C., *Anarchia come organizzazione*, Antistato, Milão, 1976 e reedição Elèuthera 2006).
- Weisman A., *Il mondo senza di noi*, Einaudi, Turim, 2008.
- Weizman E., *Architettura dell'occupazione*, Bruno Mondadori, Milão, 2009.